

MUNICIPALISMO E EDUCAÇÃO NO SUL DA BAHIA ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1950

DAISY LARAINÉ MORAES DE ASSIS
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

LUCIA GRACIA FERREIRA
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Resumo

O estudo refere-se a história e a memória do movimento municipalista na zona cacauera do Sul da Bahia entre as décadas de 1940 e 1950 e sua relação com a questão educacional na região. O texto aqui apresentado é fruto do desenvolvimento inicial de um estudo no ano de 2023 no contexto do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia. Sobre a história do municipalismo no Brasil, o ano de 1946 foi visualizado como o momento que o movimento atingiu o seu ponto mais elevado, convertendo-se em um instrumento decisivo de ação, com a instauração dos debates em todas as regiões do país sobre as questões municipais (Delorenzo Neto, 1957), logo após a instalação de Associação Brasileira dos Municípios (ABM). Assim, o ideário municipalista presente na política adotada pelo Estado, durante o período, em análise, foi considerado como um dos principais fatores que contribuíram para a revisão territorial dos municípios mais importantes da zona do cacau (Itabuna e Ilhéus), com repercussões nos campos político e educacional. O clima de efervescência política provocado pelo municipalismo contribuiria para intensificar os movimentos pela criação de ginásios populares em suas localidades.

1021

Palavras-chave: História e Memória. Municipalismo. Educação.

Abstract

The study refers to the history and memory of the municipal movement in the cocoa zone of southern Bahia between the 1940s and 1950s and its relationship with the educational issue in the region. The text presented here is the result of the initial development of a study in the year 2023 in the context of the Postgraduate Program in Education, at the Faculty of Education, at the Federal University of Bahia. In the history of municipalism in Brazil, the year 1946 was seen as the moment when the movement reached its highest point, becoming a decisive instrument of action, with the establishment of debates in all regions of the country on municipal issues (Delorenzo Neto, 1957), shortly after the installation of the Brazilian Association of Municipalities (ABM). Thus, the municipalist ideology present in the policy adopted by the state during the period under analysis was considered to be one of the main factors that contributed to the territorial revision of the most important municipalities in the cocoa zone (Itabuna and Ilhéus), with repercussions in the political and educational fields. The climate of political effervescence caused by municipalism would contribute to intensifying movements for the creation of popular gymnasiums in their localities.

Keywords: History and Memory. Municipalism. Education.

Introdução

O estudo aborda o ideário municipalista no Sul da Bahia, entre as décadas de 1940 e 1950, tomado como elemento impulsionador e um dos principais responsáveis pela adoção de uma política de reforma territorial do Estado, ao promover a maioria dos distritos mais importantes dos municípios de Itabuna e Ilhéus, da zona do cacau, com repercussões nos campos político e educacional, através de um percurso entre a história e a memória do movimento na região.

No Brasil, o movimento municipalista foi visualizado por Carvalho (2021) como fruto de campanhas político-ideológicas variadas em torno da defesa da valorização do município como esfera pública destacada, visando a revitalização econômica municipal em prol do progresso das comunas interioranas. Sobre a história do municipalismo, o autor destaca o caráter embrionário do movimento, ainda nos anos 1930.

Os ideários ruralista-agrarista e municipalista, de acordo com Carvalho (2021), teriam influenciado a criação de órgãos administrativos durante os governos de Vargas, principalmente o Instituto Nacional de Estatística - INE (1934), transformado em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (1938), e o Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP (1938). Nesse sentido, as lideranças dos órgãos administrativos do Estado também teriam exercido um papel fundamental na difusão do ideário do movimento nas diversas localidades do país, no período.

Para Camargo (2008, p. 46), durante a Era Vargas, o municipalismo seria convertido em “um instrumento capaz de acomodar os conflitos políticos junto às oligarquias regionais, seja na interiorização do território, seja na implantação de programas de âmbito nacional”, no que se refere a questão da governabilidade do Estado centralizado. Assim, o autor assinala o papel do IBGE como *locus* de fermentação do municipalismo, aliando, precisamente, “a competência técnica da elite burocrática, versada na ciência do Estado (estatística) e na do território (geografia), à presença ramificada e homogênea em todos os municípios do Brasil”. De acordo com Camargo (2008, p. 47), os anos 1940 e 1950 teriam assistido ao chamado “municipalismo pragmático”, novamente sob os auspícios do IBGE.

Em 1957, Delorenzo Neto ao discorrer sobre a história do movimento, assinala a sua lenta evolução no Brasil e o momento que o municipalismo atinge o seu ponto mais elevado. Na visão do autor, em 1946 o municipalismo se converteu em um instrumento decisivo de

ação, logo após a instalação de Associação Brasileira dos Municípios (ABM) no dia 15 de março.

Com a divulgação da Revista da ABM, o movimento começava a adquirir uma direção segura, progredindo rapidamente, sendo possível avaliar as suas proporções através dos Congressos periódicos de Municipalidades, nacionais e regionais, além de repercussão nos congressos internacionais (DELORENZO NETO, 1957, p. 81).

Ao assumir a liderança do movimento, a ABM promoveu debates em todas as regiões do país sobre as questões municipais, preparando uma “verdadeira agitação municipalista na Constituinte”. Em consequência, segundo Delorenzo Neto (1957), a Constituição Federal de 1946 acolheu no seu texto as reivindicações principais do movimento, “em matéria de discriminação de rendas e de definição de competências”. Daí por diante o debate das ideias municipalistas se mostrava tão intenso que “o próprio Governo Federal deliberou contribuir oficialmente ao I Congresso Nacional de Municípios, de 1950, apresentando um trabalho elaborado pelo Ministério da Justiça — a chamada Fundação dos Municípios”. (DELORENZO NETO, 1957, p. 81-4).

Diante do exposto, considera-se que o movimento municipalista contribuiu para delinear uma nova política de gestão municipal que iria reverberar no campo educacional no Brasil e região durante o período. O movimento também teria contribuído para a adoção de uma política de reforma territorial do Estado, que teria sido a responsável para promover a maioria dos principais distritos dos dois municípios mais importantes da zona do cacau, com a revisão territorial de Ilhéus e Itabuna no Sul da Bahia, na década de 1950.

O municipalismo e a maioria dos principais distritos de Ilhéus e Itabuna no Sul da Bahia

Entre as décadas de 1940 e 1950, o ideário municipalista e a campanha emancipacionista, que se faziam presentes na Bahia, iriam movimentar os municípios mais importantes do Sul do Estado. A crise cíclica da economia do cacau, provocava conflitos, rivalidades e disputas internas na Região Cacaueira, além do enfraquecimento de suas lideranças, dificultando o acesso aos serviços públicos essenciais, para o atendimento da sua população.

Na época, Itabuna e Ilhéus se destacavam em termos econômicos e em população, em relação aos demais municípios do Estado da Bahia. O crescimento rápido da cultura e lavoura do cacau no Sul do Estado, com a grande expansão do seu cultivo no interior do território dos

dois municípios mais importantes, contribuiu para fazer surgir novos núcleos populacionais e o desenvolvimento dos centros urbanos, ligados aos dois municípios, que necessitavam ser atendidos através da promoção de serviços públicos que deveriam ser oferecidos pelo Estado, e que passaram a ser pleiteados pelas populações daquelas localidades, entre os quais, o acesso à escolarização secundária.

A crise instaurada no Sul da Bahia, resultante das oscilações da economia do cacau, contribuiria para fortalecer o ideário municipalista, que se fazia presente na Carta Constitucional de 1946, com grandes repercussões na sociedade regional, que vivenciou disputas, conflitos e rivalidades, ocasionando o enfraquecimento do poder regional, concorrendo para a emergência de novas lideranças que almejavam alcançar o poder através da defesa da causa municipal. As novas lideranças, desejosas com o poder político, passaram a apoiar o processo emancipacionista e a implantação do ensino secundário em suas localidades.

Na época, a cultura do cacau já havia se expandido para o seu interior numa disputa pelas melhores terras. Muito embora a denominada zona cacaeira, em 1950, fosse constituída por 19 municípios com o seu território compreendendo outras regiões do Estado. A superfície total do território da zona cacaeira compreendia 55.844 km². Além dos Municípios de Ilhéus (1) e Itabuna (2), também faziam parte, os Municípios de Alcobaça (3), Belmonte (4), Camamu (5), Canavieiras (6), Caravelas (7), Ipiaú (8), Itacaré (9), Ituberá (10), Jequié (11), Maraú (12), Mucuri (13), Nilo Peçanha (14), Porto Seguro (15), Prado (16), Santa Cruz de Cabrália (17), Ubaitaba (18) e Una (19), de acordo com os dados da “Inspetoria Regional de Estatística Municipal” (IBGE, 1950).

A população da zona cacaeira em 1950 era de 763.185 habitantes e densidade populacional de 11,87 por km². Ainda que não fosse distribuída de maneira uniforme. Ilhéus e Itabuna eram os municípios mais populosos da região e também se destacavam, por uma acentuada concentração demográfica em seus territórios, com índices de 37,5 e 36,35 habitantes por quilômetro quadrado, não superando apenas o Município de Ipiaú, com o índice populacional de 45, 85 (SANTOS, 1957, p. 46-47).

As cidades de Ilhéus e Itabuna eram consideradas como distintas dos demais municípios da região por se estabelecerem como o centro regional da economia do cacau, sendo visualizadas como o eixo da zona cacaeira. Ilhéus passou a funcionar “como escoadouro marítimo da produção regional”, empreendendo iniciativas de natureza principalmente comercial, enquanto Itabuna, cidade mais interiorana, assumia o papel de líder

da região cacauceira, ainda no início da década de 1950, em consequência de sua posição privilegiada no escasso sistema viário regional (GARCEZ; FREITAS, 1975, p. 52).

Naquele momento, a sociedade regional estava enfrentando uma crise, devido à instabilidade econômica, em decorrência das oscilações nos preços da amêndoa do cacau e com a queda na produtividade da lavoura cacauceira, principal fonte de riqueza da região. Fator também considerado como um dos principais responsáveis pelo enfraquecimento do poder regional, em consequência do enfraquecimento das suas lideranças, provocando rivalidades e conflitos.

Tais lideranças também passariam a almejar o fortalecimento político, com base na ideia de que “os males que afligiam a vida rural deveriam ser combatidos em seus focos urbanos” (A TARDE, 19 jan. 1952). Desse modo, concorriam para fazer surgir cidades em função da cultura do cacau e a atenção destinada a Ilhéus, que se constituía na capital do cacau, começaria a ser desviada (DINIZ; DUARTE, 1983).

Assim, no final da década de 1940 e na primeira metade da década de 50, a crise vivenciada pela economia do cacau, que ocasionava o enfraquecimento do poder regional e provocava a ocorrência de uma nova forma espacial, com o enfraquecimento das suas lideranças, possibilitou “ao Estado, através do legislativo, promover o desmembramento territorial que ‘abalaria o bloco regional’” (DINIZ; DUARTE, 1983, p. 59). Esses, dentre outros fatores, concorreram para a subdivisão dos territórios controlados por Ilhéus e Itabuna, ainda no início da década de 1950, com a criação de novos municípios no Sul da Bahia.

Nesse contexto, em meio aos debates e disputas políticas, ainda no início da década de 1950, foram aprovados os projetos de criação dos municípios de Coaraci, Itajuípe e Uruçuca (1952), que foram desmembrados do território de Ilhéus. No mesmo ano (1952), o distrito de Ibicaraí foi desmembrado do território de Itabuna, sendo anexados ao seu território, os distritos de: Floresta Azul, Santa Cruz da Vitória, Firmino Alves e Itororó, que pertenciam a Itabuna. No final da década de 1950, o distrito de Buerarema também foi emancipado do município de Itabuna, em 1959 (SEI, 2001).

O municipalismo e a questão educacional em Ilhéus e Itabuna

As cidades de Itabuna e Ilhéus, que representavam os dois municípios de maior prestígio e expressão da economia regional, como já foi dito, com a crise, passariam a experimentar o desemprego entre a classe dos trabalhadores da agricultura e o êxodo de

populações para os centros urbanos de outras localidades, como também, o desmembramento dos seus territórios com a emancipação dos seus principais distritos.

Nesses espaços, acentuava-se a presença de camadas médias, originárias de grupos econômicos hegemônicos que empobreceram e que tiveram perdas econômicas representativas e de grupos das camadas médias, resultantes da estrutura do trabalho formal e oriundos das camadas de trabalhadores que almejavam a escola secundária ginásial como uma possibilidade de ascensão social.

Setores diversificados passariam a ver a escola e a formação educacional como possibilidades de garantia ou conquista da ascensão ou ingresso nas estruturas sociais do trabalho urbano formal. Portanto, todo empreendimento por escolas, por instalação de ginásios, de certo modo, respondia a essa realidade e era tratada com euforia e entusiasmo.

Com o final do Estado Novo (1945), iniciaram-se as discussões em torno da Constituição de 1946. A Carta Constitucional iria estabelecer a necessidade de novas leis educacionais em substituição às anteriores, consideradas ultrapassadas para o novo momento econômico e político que o país vivenciava. Era um período de transitoriedade que havia uma intensa manifestação a respeito dos rumos do sistema educacional.

A nova Carta Constitucional advogava a liberdade e assegurava a educação como direito de todos os brasileiros, além de obrigar os poderes públicos a garantir, na forma da Lei, a educação em todos os níveis de ensino, juntamente com a iniciativa privada, fator que contribuiria para intensificar os movimentos em torno da “democratização” das oportunidades educacionais, através da ampliação da rede de ensino. Desse modo, a aura desenvolvimentista expunha com mais nitidez a precariedade educacional da população brasileira e a educação continuava sendo um grande problema no país.

Na Bahia, até o ano de 1948, o único estabelecimento de ensino secundário mantido pelo Governo estadual era o Ginásio da Bahia, que funcionava na Capital do Estado, Salvador, quando nenhuma outra cidade no interior do Estado possuía ginásio público estadual. Nesse mesmo ano, foi elaborado um Projeto de Lei de Nº 534, dispendo sobre a criação de Ginásios oficiais e subvenção de outros existentes no interior do Estado, que fora encaminhado à Assembleia Legislativa, segundo um critério de localização regional (NOGUEIRA, 1997, p. 269).

A importância atribuída à educação como fator de progresso e desenvolvimento social, desde as décadas anteriores, já era bastante difundida no Brasil, como também, o “entusiasmo” pela educação (NAGLE, 1974), que se caracterizava pela preocupação com a “expansão dos

sistemas educacionais existentes ou da criação de para-sistemas, de programas paralelos – de iniciativa oficial ou privada” (PAIVA, 1987, p. 27). Assim, a questão da criação de ginásios públicos ou gratuitos e a expansão do ensino secundário, com a ampliação das oportunidades educacionais, também faria parte dos movimentos reivindicatórios na região.

A mesma importância atribuída à educação refletia, naquele momento, nos municípios de Ilhéus e Itabuna, os interesses e as relações de poder que se estabeleciam entre a classe política e a classe dominante e o conjunto da sociedade na educação e no ensino implantado nas escolas. Tal importância atribuída à educação seria fruto da necessidade, da sociedade local e regional, de fornecer escolas aos seus filhos e formar o futuro quadro de dirigentes locais (ASSIS, 2006, p. 21).

Enquanto em Ilhéus as questões em torno do ensino secundário pautavam-se no debate sobre a descentralização do Ginásio Municipal do Colégio Eusínio Lavigne (HEINE, 1999), no município de Itabuna as atenções estavam voltadas para inexistência de um estabelecimento de ensino secundário público ou gratuito na cidade. De tal maneira, frente às pressões das lideranças políticas locais, a falta de um ginásio popular tornava-se um grande problema a ser enfrentado pelo município, representando um entrave para o seu desenvolvimento. Essa problemática foi amplamente divulgada nos principais veículos de comunicação da região.

O movimento para a criação de um ginásio em Itabuna seria intensificado e passou a contar com o apoio da imprensa local, sendo também divulgado nos jornais da Capital do Estado. Em 9 de junho de 1951, o jornal de Itabuna, O Intransigente, publicou a matéria intitulada: “Um Ginásio para Itabuna”. Onde o redator procurou demonstrar o interesse do administrador local pelas questões educacionais, além das implicações da inexistência de um estabelecimento ginásial “à altura” no município.

Mau grado o seu desenvolvimento, Itabuna não pode ter, presentemente, a classificação devida, compatível com o seu progresso, pois que a sua mocidade não dispõe de um estabelecimento ginásial à altura. Essa realização torna-se dia a dia, mais imperiosamente necessária. Assistimos constantemente o êxodo de famílias abastadas, que daqui parte para educar os filhos nas capitais. Belas fortunas aqui acumuladas para longe se transferem contribuindo para o aformoseamento e o progresso das grandes urbes, favorecendo em todos os setores o desenvolvimento de facilidades que aqui poderiam gerar.

Todavia, levando em conta as intenções primordiais que originaram essas migrações, não devemos julgar, ressentidamente, os nossos patrícios. Não podemos acusar de maus itabunenses àqueles que daqui cedo partem em busca de educação; jovens saídos daqui ainda crianças, desabrochando a adolescência no conforto e sedução dos grandes centros, ali formando seu meio, os seus amigos, acalentando os primeiros amores, jamais encaram com boa vontade a volta à terra natal, ainda que aqui permaneça a sua família.

Quando voltam, trazem em mente um programa pré-estabelecido: trabalhar, juntar, para ir morar o mais cedo possível na Capital, pois, só ali terão o conforto para a sua família e a necessária educação para os filhos. Enquanto isso, nada querem, deixar a terra, sacrificam-se, habitam em pardieiros mal arranjados, mal iluminados, vivem fanados, doentes, pelo confinamento das habitações, queixam-se do clima, do lugar e maiores razões encontram para uma imediata transferência (O INTRANSIGENTE, 9 jun. 1951, s.p.).

Com o declínio da economia cacaueteira, a campanha municipalista na região e o aumento da demanda educacional, iniciado desde a década de 30, o movimento em prol da expansão do ensino secundário seria intensificado no Sul da Bahia no início dos anos de 1950. Na época que o movimento municipalista e a campanha emancipacionista concorreriam, igualmente, para que ocorresse nos municípios de Itabuna e Ilhéus toda uma fermentação política em torno da instalação de “ginásios gratuitos” nos centros urbanos dos seus principais distritos.

É importante observar, no entanto, que entre os anos de 1940 e 1950, quando acontecia o debate incessante sobre o papel do Estado com a Escola Pública e as suas legislações decorrentes, foi que ocorreram os movimentos para implantação dos chamados “ginásios gratuitos” nas diversas localidades do país. O discurso responsabilizava a falta de educação do povo como parte dos grandes problemas nacionais, diante do reconhecimento da necessidade de se aumentar a oferta de educação à massa da população (SILVA, 2003, p. 99-100).

Assim, a partir de 1950, um dos aspectos que mais marcaram o sistema educacional foi a expansão geral do ensino no Brasil. No período, o ensino médio correspondia a dois ciclos: o ginásial, de quatro anos, e o colegial, de três anos. Ambos compreendiam o ensino secundário, além do ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores). Nessa ocasião, intensificavam-se, nas diversas regiões dos Estados da Federação, os movimentos em torno do acesso ao ensino secundário e da criação de escolas ginásiais.

O “entusiasmo” pela educação presente na mobilização política e nos movimentos em torno da criação de ginásios populares nas localidades dos municípios de Ilhéus e Itabuna, na zona cacaueteira, seria intensificado logo após a passagem do líder da “Campanha Nacional de Educandários Gratuitos” pelo município de Itabuna. Felipe Tiago Gomes visitava a região para divulgar os propósitos da CNEG e deixava em Itabuna as orientações para a implantação do “ginásio gratuito” nos moldes da Campanha (ASSIS, 2023, p.123). Dessa forma, surgia em

Itabuna um novo movimento pró-implantação do “Ginásio Noturno Gratuito”, no município, ligado à CNEG.

No município de Ilhéus continuavam os debates acerca da descentralização do “Colégio Municipal Eusínio Lavigne”, em decorrência do projeto de criação das sucursais do Ginásio Municipal nos seus três principais distritos (Itajuípe, Coaraci e Uruçuca). Na ocasião, também foi proposta a estadualização do Colégio Municipal, caso fossem efetivadas as emancipações distritais, diante da possibilidade de “esfacelamento” do território de Ilhéus, em quatro partes, e a redução das receitas municipais (ASSIS, 2023, p.123).

Assim, com a instalação do Diretório Municipal da CNEG, em Itabuna, e a criação do “Ginásio Firmino Alves” (1952) no município, logo em seguida, foi despertado um interesse maior pela proposta da criação dos “ginásios gratuitos” da CNEG, pelas lideranças dos distritos que lutavam pela maioria e emancipação política de suas localidades. No ano de 1953, foram criados os ginásios de Ibicaraí (14 de Agosto), de Buerarema (Henrique Alves) ainda distrito de Itabuna; de Itajuípe (7 de Setembro), emancipado de Ilhéus, e de Ubaitaba (Ubaitabense), na zona do cacau (CNEG, 1978).

Considerações Finais

O tema do municipalismo e a educação neste estudo foi abordado na perspectiva da história e da memória do municipalismo que se fez presente no Sul da Bahia, entre as décadas de 1940 e 1950, e sua relação com a questão educacional. Trata-se do momento que o movimento municipalista se converteu em um instrumento decisivo de ação, com repercussões em todas as localidades do país, principalmente, após a promulgação da Constituição de 1946, quando a Carta acolhia no seu texto as principais reivindicações municipalistas, em matéria de discriminação de rendas e de definição de competências (DELORENZO NETO, 1957, p. 81), além da contribuição do movimento para a adoção de uma política de reforma territorial do Estado, com implicações nos campos políticos e educacional.

Com o estudo foi possível visualizar o contexto histórico, político e social e o momento de convergência entre o movimento municipalista presente no Estado e os movimentos pró-expansão do ensino secundário, com as reivindicações em torno da criação de escolas ginásiais públicas e gratuitas nas localidades nos dois municípios mais importantes da região. A ênfase recai sobre os seus principais núcleos urbanos que lutavam pela emancipação política e administrativa, em decorrência do ideário municipalista na Bahia.

A história do movimento municipalista se entrecruza com a memória dos movimentos em torno do acesso ao ensino secundário e da criação de escolas ginasiais nas diversas localidades, que se tornavam cada vez mais intensos no início da década de 1950 nos diversos Estados da Federação e, também, se faziam presentes em Itabuna e Ilhéus, no Sul da Bahia (ASSIS, 2023).

No contexto social e político onde o clima de fermentação política ocasionado pelo movimento municipalista na Bahia iria intensificar os movimentos pela criação de ginásios populares, nas localidades do Sul do Estado, foi possível observar uma expansão significativa do ensino secundário na zona do cacau, com a criação de escolas de nível médio “gratuitas” ou “semi-gratuitas” nas localidades dos seus principais municípios, ainda na primeira metade da década de 1950, como fruto do ideário municipalista presente na região.

Assim, a história da educação secundária na região vai ocorrer dentro de uma grande expectativa social pela escola secundária pública e gratuita, em um Estado que, todavia, à época, não havia assumido a sua responsabilidade com a grande demanda pela escola secundária ginasial no país (ASSIS, 2023).

Referências

ASSIS, D. L. M. **Entre a História e a Memória**: Felipe Tiago Gomes e o movimento pela criação dos Ginásios Gratuitos na Região Cacaueira do Sul da Bahia entre as décadas de 1940 e 1950. Curitiba: Editora CRV, 2023. Coleção: Educação, Memória e Religião, Volume 7. 198p

ASSIS, R. A. **A Educação em Itabuna**: um estudo da organização escolar (1906-1930). Ilhéus: Editus, 2006.

A TARDE. **A Maioridade dos distritos**. Salvador, 19 jan. 1952.

BAHIA. **Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico**. Salvador: SEI, 2001.

CAMARGO, A. P. R. **Municipalismo e ruralismo: o IBGE e a “organização nacional” na Era Vargas**. In: SENRA, Nelson de Castro (org.). **O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e Rafael Xavier**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS (CNEG). **25 anos de escolas de comunidade na Bahia: estatísticas e informações**. BA, 1978.

CARVALHO, Y. **“Graças a Deus somos reacionários”**: o movimento municipalista brasileiro e as conspirações golpistas pré-1964. *Revista Faces de Clio*, 2021, volume 7, n. 14, 209-232.

CUNHA, L. A. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

DELORENZO NETO, A. **A Evolução do Municipalismo no Brasil: Administração Municipal**. *Revista do Serviço Público*, [S. l.], v. 74, n. 1, p. 76 - 94, 1957. DOI: 10.21874/rsp.v74i01.4329. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/4329>. Acesso em: 8 ago. 2022.

DINIZ, J. A. F.; DUARTE, A. C. **A região cacaueira da Bahia**. Recife: Sudene, 1983.

GARCEZ, A. N. R.; GUERREIRO DE FREITAS, A. F. **História econômica e social da região cacaueira**. Rio de Janeiro: Cartográfica Cruzeiro do Sul, 1975. (Coleção Diagnóstico Sócio Econômico da Região Cacaueira, v. 8.).

HEINE, M. L. **IME o sonho de Eusínio Lavigne**. Ilhéus: Editus, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 20-1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário estatístico do Brasil: 1951-1960**. Ano XI. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na primeira república**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NOGUEIRA, R. **O homem e o muro**: memórias políticas e outras. São Paulo: GDR, 1997.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola. 1987.

SANTOS, M. **Zona do cacau**: introdução ao estudo geográfico. São Paulo: Nacional, 1957.

SILVA, G. B. **A educação secundária**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SILVA, R. B. **Educação comunitária**: além do estado e do mercado? A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC (1943-1985). Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

O INTRANSIGENTE. **Um Ginásio para Itabuna**. Itabuna, Bahia, ano XXVI, 9 jun. 1952.

Autor 1:



Daisy Laraine Moraes de Assis
Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Pós-doutorado na Universidade Federal da Bahia (UFBA).
Email: daisylassis@gmail.com
Lattes: 7880126062225223
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-5784-3598>

1032

Autor 2:



Lucia Gracia Ferreira
Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pós-doutorado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-Itapetinga (UESB).
Email: lucia.trindade@uesb.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2208995326703695>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3655-9124>